

CORREIO SUDESTE

Lucas Bassi / REDE CÂMARA SP



Integrantes da GCM e do sindicato viram os discursos

Câmara de SP aprova reajuste da Guarda Civil Metropolitana

A Câmara de São Paulo aprovou em primeiro turno o Projeto enviado pela Prefeitura que trata da atualização da remuneração do quadro técnico da GCM (Guarda Civil Metropolitana). A votação ocorreu de forma simbólica. A bancada do PSOL se posicionou contrariamente. Na matéria, a Prefeitura paulistana explica que o Projeto promove “a valorização dos profissionais integrantes do Quadro Técnico da Guarda Civil Metropolitana por meio da ampliação dos percentuais decorrentes das promoções verticais, bem como pelo aperfeiçoamento da estrutura remuneratória final da carreira”. Integrantes da Guarda Civil e do sindicato da categoria acompanharam os discursos da galeria do Plenário 1º de Maio.

Valorização de todos os níveis

Com cartazes, os presentes na sessão pediram mais valorização a todos e se manifestaram entre as falas dos parlamentares. A bancada do PSOL entende que o texto precisa ser aprimorado para a segunda e definitiva votação. A sigla quer a valorização de todos os níveis da corporação. De acordo com o vereador Professor Toninho Vespoli (PSOL), a cidade conta com 7,1 mil GCMs para uma população de 12 milhões de habitantes.

Richard Lourenço / REDE CÂMARA SP



Ricardo Teixeira (UNIÃO), Presidente do Legislativo

CET recebe Salva de Prata na Câmara

Em uma Sessão Solene, a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) recebeu a Salva de Prata da Câmara Municipal de São Paulo em homenagem aos 50 anos da instituição. A cerimônia foi presidida pelo vereador Ricardo Teixeira (UNIÃO), presidente do Legislativo paulistano. A proposta da honraria foi oferecida aos prestadores de serviços, entidades ou fundações de grande relevância e contribuição para o município de São Paulo. A honraria prestada teve como coautores os vereadores Silvinho Leite (UNIÃO) e Renata Falzoni (PSB).

Parlamentar defende fortalecimento

A vereadora Renata Falzoni destacou o trabalho histórico da CET na segurança viária. A parlamentar defendeu o fortalecimento da companhia, com investimentos em pesquisa, valorização dos funcionários e retomada do protagonismo da empresa na mobilidade urbana da capital paulista. O evento reuniu autoridades e funcionários da companhia e a presença do secretário de Transporte.

Consulta pública I

A Prefeitura de SP abriu neste domingo (24) consulta pública para receber sugestões da população sobre a regulamentação da circulação de patinetes elétricos, bicicletas elétricas e bicicletas na capital. As contribuições poderão ser encaminhadas até 8 de junho pela plataforma pública chamada Participe+.

Consulta pública II

Segundo a proposta, a CET será responsável pelo acompanhamento das normas previstas na futura portaria, com foco em ações educativas e de orientação aos usuários. Após o encerramento da consulta pública, todas as contribuições enviadas pela sociedade civil serão analisadas para a regulamentação.

Wi-Fi Livre I

A Prefeitura de SP ampliou a cobertura de internet gratuita em comunidades e regiões periféricas com a implantação de 3.200 pontos do programa WiFi Livre SP Comunidades. Distribuída em áreas de maior vulnerabilidade social, a rede pública acumula 763,4 milhões de acessos livres desde 2024.

Wi-Fi Livre II

Os pontos de conexão permitem acesso gratuito em espaços públicos e áreas residenciais de comunidades onde muitas famílias ainda enfrentam dificuldades para contratar ou manter internet fixa dentro de casa. O serviço é utilizado diariamente para atividades como estudo, procura de emprego, acesso a serviços públicos e cursos.

Pontos de ônibus I

A Prefeitura de São Paulo iniciou a instalação de 2 mil novos abrigos de ônibus em todas as regiões da capital, com cobertura, bancos, iluminação e acessibilidade. A maior parte dos novos equipamentos será implantada em locais que hoje contam apenas com totens, sem proteção para passageiros.

Pontos de ônibus II

O pacote também inclui substituição de estruturas antigas e ampliação da capacidade em locais de grande circulação. As instalações começaram em março e já avançam em diferentes regiões da cidade. Até o fim de abril, 300 novos abrigos haviam sido entregues. A previsão é de instalar 150 por mês.



Medida foi determinada pela Prefeitura do Rio

Procon-RJ vai à Justiça contra mudanças nos ônibus do Rio

Procon e Sedcon contestam fim do pagamento em dinheiro

Da Redação

A Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor do Rio de Janeiro (SEDCON) e o PROCON-RJ ajuizaram uma ação civil pública, com pedido de tutela de urgência, contra a CBD Bilhete Digital S.A. e o Município do Rio de Janeiro. A medida judicial visa impedir prejuízos imediatos aos passageiros diante das alterações anunciadas no sistema de pagamento dos ônibus municipais da capital fluminense.

A ação foi motivada após a divulgação de que, a partir do dia 30 de maio, os ônibus deixarão de aceitar dinheiro em espécie como forma de pagamento da tarifa. Além disso, as regras preveem que as integrações tarifárias do Bilhete Único Carioca (BUC) e do Bilhete Único Margaridas (BUM) passem a funcionar exclusivamente por meio do chamado “cartão preto” do sistema Jaé ou via leitura de QR Code gerado por aplicativo de celular.

Mudanças abruptas

Segundo a Secretaria e a Autarquia, a transição ocorreu de forma abrupta, sem uma ampla campanha de conscientização prévia e sem que houvesse uma estrutura de atendimento adequada para suprir a demanda de toda a população usuária do transporte público carioca.

Os órgãos de defesa ressaltam que a medida causa impacto direto na vida de milhares de consumidores, principalmente idosos, pessoas sem acesso à internet, cidadãos

desbancarizados, trabalhadores informais, turistas, adolescentes e consumidores em situação de vulnerabilidade social que dependem do papel-moeda.

Diante do cenário, as entidades identificaram um aumento expressivo na procura pelos postos de atendimento físicos do Jaé, com registros de longas filas e dificuldades para a obtenção dos novos cartões, o que gerou transtornos no funcionamento do sistema.

“O papel da Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor e do PROCON-RJ é garantir que nenhuma mudança em um serviço essencial retire direitos da população. Não podemos admitir que consumidores sejam impedidos de acessar o transporte público por falta de acesso à tecnologia ou por ausência de planejamento adequado. O transporte coletivo precisa ser acessível, inclusivo e universal”, destacou Rogério Pimenta, secretário de Estado de Defesa do Consumidor.

Na ação jurídica, a SEDCON e o PROCON-RJ pedem que a Justiça determine a manutenção obrigatória do pagamento em dinheiro nos ônibus municipais e a suspensão da exclusividade do Jaé para as integrações tarifárias.

Exige-se também a criação de um plano de contingência com campanhas informativas e um prazo mínimo de 30 dias de adaptação após a devida comunicação. O descumprimento das medidas poderá acarretar uma multa diária estipulada em R\$ 100 mil.